

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.355 - SC (2019/0316179-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : DENILDE DE FATIMA CUNHA PEDROZO  
**ADVOGADO** : LUCIANE LILIAN DAL'SANTO E OUTRO(S) - SC030369  
**RECORRIDO** : SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A  
**RECORRIDO** : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA  
**ADVOGADOS** : RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO - RS047580  
WERNER LUCAS HEBERLE - RS075882  
PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S) - SC030741  
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - SC030589

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte  
ementa:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DA AUTORA.

CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA RELATIVA À EQUIPARAÇÃO DA DOENÇA LABORAL AO CONCEITO DE ACIDENTE PESSOAL. QUESTÃO DE DIREITO. DESNECESSIDADE DE PROVA TÉCNICA.

MÉRITO. CONTRATO DE SEGURO QUE PREVÊ APENAS COBERTURA PARA INVALIDEZ PERMANENTE E TOTAL POR ACIDENTE (IPA). IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DA DOENÇA LABORATIVA AO CONCEITO DE ACIDENTE PESSOAL. OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO N. 117/2004 DO CNSP E DA CIRCULAR 302/2005 DA SUSEP. PRECEDENTES. COBERTURA INDEVIDA.

"(...) À luz das resoluções aplicáveis do CNSP e da SUSEP, e em atenção àquilo que foi contratado pelas partes, a doença ocupacional não pode ser equiparada ao conceito de "acidente pessoal" previsto nos contratos de seguro de pessoas." (TJSC, AC n. 0301219-39.2014.8.24.0034, de Itapiranga, rel. Des. Marcus Túlio Sartorato, j. 04-04-2017).

ALEGADA INFRINGÊNCIA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR

OS ESCLARECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES DO CONTRATO QUE RECAI SOBRE A ESTIPULANTE. PRECEDENTES.

"(...) A estipulante, na contratação do seguro em grupo, age como mandatária (representante) do segurado perante a seguradora, e em seu nome realiza os atos necessários à celebração do seguro (art. 21, § 2º, do Decreto-Lei n. 73/1966). Nessa modalidade, portanto, quem possui a obrigação de informar o segurado acerca das disposições contratadas é a estipulante. Assim prevê o art. 3º, inciso III, da Resolução n. 107/2004 do CNSP, segundo o qual é obrigação da estipulante - e não da seguradora - *"fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro"*. (...)" (TJSC, Apelação Cível n. 0309677-59.2015.8.24.0018, de Chapecó, rel. Des. Marcus Túlio Sartorato, j. 15-08-2017).

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do especial, aponta a recorrente existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 355 e 370 do Código de Processo Civil; 330, 757 e 777 do Código Civil; 3º, 6º, 14, 39, 46, 47, 51 e 54 do Código de Defesa do Consumidor; 19, 20 e 21 da Lei 8.213/91 e de dispositivos constitucionais.

Aduz que a inviabilização da prova pericial médica cerceou seu direito de demonstrar o nexo causal de sua invalidez com as atividades laborais desempenhadas em favor da estipulante do contrato.

Argumenta falha no dever de informação por parte da ré, já que a segurada não tomou conhecimento prévio das cláusulas limitativas, que excluía da cobertura contratual os microtraumas por ela sofrido.

Afirma que doença ocupacional é equiparada a acidente para fins securitários.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 760-762, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, quanto à apontada violação a dispositivos constitucionais, diante da incompetência para sua análise, não cabe a apreciação de teses constitucionais em recurso especial (AgInt no AREsp 1152689/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe

16/2/2018).

Quanto à preliminar, observo que a Corte de origem repeliu a alegação de cerceamento de defesa, nestes termos (fls. 543-544, e-STJ):

De saída, analiso e refuto o alegado cerceamento de defesa, justo que não há dissenso quanto ao mal que acomete a autora, cingindo-se a controvérsia à equiparação da doença profissional ao acidente pessoal, questão eminentemente de direito, que dispensa a produção da prova técnica.

Isso porque o apelante defende que sofre de doença profissional (fls. 02/03 da exordial e fls. 471 da apelação) e pretende a sua equiparação ao acidente pessoal. Ocorre que o atual entendimento desta Corte de Justiça é no sentido de inviabilizar a equiparação da doença ocupacional às situações relativas a acidente pessoal, superando, pois, conclusão anterior, que permitia tal igualação, tal como consignado no *decisum* singular.

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a produção de provas no processo tem a finalidade de orientar o julgador na condução da causa. Estando o juiz - a quem compete o ordenamento do feito - convencido de que dispõe de elementos aptos a formar sua convicção, desnecessária se torna a dilação probatória. Cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Em suma, o poder de instrução conferido ao magistrado, em decorrência dos princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento motivado, autoriza-o a indeferir pedido de dilação probatória, quando constatada sua desnecessidade ou inconveniência, o que não configura cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO SEM OITIVA DE TESTEMUNHAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ocorre cerceamento de defesa quando o magistrado entende que a prova acostada aos autos se mostra suficiente para dirimir a controvérsia, considerando desnecessária a oitiva de testemunhas.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que "o magistrado é o destinatário da prova, competindo às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da suficiência das que foram produzidas, nos termos do art. 130 do CPC. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios, que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula 7/STJ)" (AgRg no REsp 1.449.368/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 27/8/2014).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1016498/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/5/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC/73. OFENSA AFASTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO. ART. 330, I, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AUTORIZAÇÃO. CIRURGIA EM HOSPITAL ESPECIALIZADO COM EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE IMPLANTE DE ENDOPRÓTESES EM AORTA ABDOMINAL, EM ARTÉRIAS ILÍACAS BILATERALMENTE E RENAI ESQUERDA E DIREITA, ANGIOPLASTIA DA AORTA BILATERAL, IMPLANTE DE PRÓTESE VASCULAR EM ARTÉRIA MESENTÉRICA SUPERIOR, ANGIOPLASTIA MESENTÉRICA SUPERIOR, AORTOGRAFIA ABDOMINAL, ARTERIOGRAFIA ILÍACA BILATERAL E ARTERIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA DE CONTROLE. ATENDIMENTO DE URGÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. (...)

2. O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC/73, de sorte que inexistente nulidade quando o julgamento antecipado da lide decorre, justamente, do entendimento do Juízo a quo de que o feito encontra-se devidamente instruído com os documentos trazidos pelas partes.

3. (...)

4. (...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 751.138/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 10/4/2017)

Outrossim, consoante a jurisprudência do STJ, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa. Por conta disso, se o magistrado, após análise das particularidades da controvérsia, entendeu não haver necessidade de dilação probatória, como sucede na espécie, não há falar em cerceamento de defesa. Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ.

De todo modo, a conclusão de que não houve cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado do feito, assentada no acórdão recorrido, decorreu de valoração de provas, e sua reapreciação, mais uma vez, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROVA PERICIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.

3. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 621.710/RS, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 14/5/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO

DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA.  
CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE PROVAS.  
INADMISSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. É possível o julgamento antecipado da lide quando o tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

2. Rever os fundamentos de não reconhecimento do cerceamento de defesa por ter sido a lide julgada antecipadamente demanda a reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inadmissível em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 229.927/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 23/3/2015)

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido baseou-se na interpretação de fatos e provas para concluir que a seguradora realizou o dever de informação, em especial das condições gerais da apólice e que era indevida a cobertura securitária, deixando registrados os seguintes termos (fl. 547, e-STJ):

Nesse cenário, considerando a evolução do entendimento jurisprudencial à luz da Resolução n. 117/2004 do CNSP, que excluiu expressamente as doenças profissionais da categoria "acidentes pessoais", e da Circular n. 302/2005 da SUSEP, que enquadrou as doenças laborativas exclusivamente na cobertura por "Invalidez Laborativa Permanente por Doença - ILPD", estimo inviável o enquadramento do quadro clínico da parte autora como "acidente pessoal" para assegurar a cobertura securitária.

Acresço, ainda, que consta, nas condições gerais da apólice do seguro que "não se incluem no conceito de acidente pessoal", dentre outras, as "doenças, inclusive as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas direta ou indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias resultantes de ferimento visível causado por

acidente coberto" (fls. 122, destaquei).

Pertinente destacar, ainda, que apesar de ser ônus da seguradora esclarecer previamente o consumidor sobre os produtos oferecidos, sobretudo as coberturas contratadas e as causas de exclusão, em se tratando de seguro de vida em grupo, contratado pela estipulante, o dever de informação é transferido a esta (...)

Assim, rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, bem como o reexame de matéria fática, procedimentos vedados em sede de recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA.  
1. INVALIDEZ TOTAL PERMANENTE POR DOENÇA.  
PERÍCIA TÉCNICA E CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE  
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PELO INSS.  
INDENIZAÇÃO DEVIDA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.  
SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. ANÁLISE DO DISSÍDIO  
JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 3. AGRAVO  
IMPROVIDO.

1. Para prevalecer a conclusão em sentido contrário ao decidido pelo Tribunal estadual, necessária se faz a revisão do contrato e do acervo fático dos autos, o que se encontra inviabilizado, nesta instância superior, pelas Súmulas n. 5 e 7/STJ.

2. A necessidade do reexame da matéria fática impede o recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1163309/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 2/2/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA  
CONTRATUAL CUMULADA COM COBRANÇA DE  
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA.

1. Nos termos da jurisprudência dominante desta Corte, não se revela abusiva a cobertura securitária de Invalidez Funcional Permanente

Total por Doença (IFPD) condicionada à constatação de incapacidade decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, vale dizer, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autonômicas (artigo 17 da Circular SUSEP 302/2005) (REsp 1.449.513/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 05.03.2015, DJe 19.03.2015).

2. Na ocasião, aquele órgão julgador distinguiu a referida cobertura daquela atinente à Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD), que depende da verificação da incapacidade decorrente de doença para a qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação, com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, para a atividade laborativa principal do segurado.

3. No presente caso, consoante assentado no acórdão do Tribunal de origem, o contrato de seguro estabelece indenização para o caso de invalidez funcional permanente total por doença e não para invalidez laborativa, destoando da jurisprudência do STJ a declaração de abusividade da aludida cláusula, proferida pela Corte Estadual.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 958.330/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 4/9/2017)

A incidência, novamente, da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensa a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora